



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001766-83.2014.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Monitória - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC**
 Requerido: **Erika Cristina da Silva Moura**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC ajuizou Ação Monitória em face de ERIKA CRISTINA DA SILVA MOURA aduzindo, em síntese, que é credor da requerida da quantia de R\$ 4.414,01, representada por instrumento de contrato de prestação de serviços educacionais, ficha individual da aluna e diários de frequência. Assevera que, apesar de diversas tentativas de composição, persistiu a situação de inadimplência. Requer a citação da ré para pagamento do débito ou oferecimento de embargos.

A requerida foi citada (fls. 193) e não se manifestou nos autos, conforme certidão de fls. 194.

Houve réplica (fls. 197/199).

É o relatório. DECIDO.

O feito comporta julgamento imediato.

A ação monitória é o instrumento processual colocado à disposição do credor de quantia certa, de coisa fungível ou de coisa móvel determinada, com crédito comprovado por documento escrito sem eficácia de título executivo, para que possa requerer em juízo a expedição de mandado de pagamento ou de entrega da coisa para satisfação de seu direito.

Os documentos que instruem a presente ação monitória, conquanto não possam ser considerados título de exação, prevalecem como documentos comprobatório da obrigação da requerida ao pagamento de seu valor.

Ante o exposto **JULGO PROCEDENTE** a ação monitória e condeno a requerida a pagar as custas, despesas do processo e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 400,00, nos termos do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil.

Declaro constituído o título executivo (art. 1102c, § 3º, do CPC).

P.R.I.

Ibaté, 05 de novembro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA